

Negresco S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balço patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Relatório da Administração - 2º Semestre e exercício de 2020

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da *Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos*, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao segundo semestre e exercício de 2020.

Cenário Econômico

No ano de 2020, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 4,52%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central era de 4% para o ano de 2020. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 4,5%, teve uma sequência de quedas e terminou o ano em 2%.

O que mais afetou o cenário econômico no ano de 2020, no Brasil e no mundo, foi a pandemia de COVID-19 e, mesmo com o início da vacinação, continuará afetando durante o ano de 2021. Além de afetar a saúde da população, que causou muitas perdas humanas, há reflexo também na saúde financeira das empresas e da população em geral. Várias medidas do Governo Federal, tais como, auxílio emergencial para trabalhadores, suspensão da cobrança de IOF nas operações de crédito, postergação de recolhimento de encargos trabalhistas e tributos, flexibilização temporária das regras trabalhistas, entre outras, estão ajudando bastante, empregados e empregadores, mas comprometem as metas fiscais do Governo.

Para 2021, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 3,6% no ano, a taxa SELIC em 3,5% e o PIB com crescimento de 3,47%.

A NEGRESCO continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apurou lucro de R\$ 19.919. O Patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 74.312.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro.

Em 30 de janeiro de 2020, foi aprovada a distribuição de lucro de 2019 no montante de R\$ 10.568. Em 03 de fevereiro de 2020, o montante de R\$ 9.714 foi transformado em letras de câmbio em nome dos acionistas e o montante R\$ 854 foi pago. A destinação e o pagamento dos dividendos foram efetuados antes da emissão da Resolução CMN nº 4.797, de 06 de abril 2020 e Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020, a NEGRESKO pagou os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.938. No início de janeiro de 2021, pagou o montante de R\$ 2.042 referente ao saldo do dividendo obrigatório de 25% e está cumprindo a vigência da resolução CMN nº 4.885, de 23 de dezembro de 2020. Os lucros acumulados, no montante de R\$ 13.943, estão com a distribuição suspensa pela Resolução CMN nº 4.820/2020, e foram destinados para a reserva de lucros.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a NEGRESKO fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Banco Central do Brasil. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e pela diretoria.

Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da **NEGRESKO S/A** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 26 de março de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Disponibilidade	4	146	180	Valores financiados a repassar	11	1.600	2.268
Outros ativos	6	2.338	2.734	Contas a pagar	12	1.773	1.995
Impostos e contribuições a compensar	5	2.767	2.692	Obrigações societárias	19	2.042	-
Instrumentos financeiros		195.683	194.890	Fiscais e previdenciárias	13	3.455	2.727
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	22.782	11.342	Outros passivos	17	17	44
Operações de crédito - setor privado	7	216.257	244.965	Participação no resultado (empregados)	15	1.170	1.172
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(43.356)	(61.417)	Provisões - outras	14	1.460	1.627
Créditos tributários	8	5.701	8.544	Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	119.146	127.819
Garantias judiciais	16	1.767	1.577	Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	4.241	4.107
Imobilizado	9	758	1.007	Patrimônio líquido	19	74.311	69.940
Imobilizado em uso		6.688	6.663	Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Depreciação acumulada		(5.930)	(5.656)	Reserva legal		6.009	5.013
Intangível	10	55	75	Lucros acumulados		13.943	10.568
Licenças e direitos		651	651				
Amortização acumulada		(596)	(576)				
Total do ativo		209.215	211.699			209.215	211.699
		-					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2.020		2.019
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		79.742	161.555	181.504
Operações de crédito	7	70.871	146.991	169.756
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	8.535	13.893	10.133
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	336	671	1.615
Despesas da intermediação financeira		(4.373)	(9.310)	(17.374)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(1.831)	(4.762)	(10.206)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(2.542)	(4.548)	(7.168)
Resultado da intermediação financeira		75.369	152.245	164.130
Outras receitas operacionais		2.099	4.240	5.956
Receita de prestação de serviços	20	1.883	3.853	5.612
Outras receitas operacionais		216	387	344
Principais despesas operacionais		(30.103)	(58.271)	(65.815)
Despesas com pessoal	21	(10.870)	(20.784)	(21.445)
Despesas administrativas	22	(15.498)	(29.865)	(35.180)
Despesas tributárias	23	(3.440)	(7.093)	(8.202)
Outras despesas operacionais		(295)	(529)	(988)
Despesas de provisões		(27.099)	(67.358)	(82.134)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(26.887)	(67.113)	(82.774)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	(132)	20	135
Provisão para contingências cíveis	16.b	68	(154)	314
Outras provisões		(148)	(111)	191
Resultado operacional		20.266	30.856	22.137
Resultado não operacional		14	12	0
Resultado antes dos tributos e participações		20.280	30.868	22.137
Imposto de renda e contribuição social	24	(6.717)	(10.949)	(7.126)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.878)	(8.106)	(7.943)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.839)	(2.843)	817
Lucro líquido do semestre / exercício		13.563	19.919	15.011
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		249,51	366,43	276,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração do resultado abrangente

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	2.020		2.019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do período	<u>13.563</u>	<u>19.919</u>	<u>15.011</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>13.563</u></u>	<u><u>19.919</u></u>	<u><u>15.011</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2019		54.359	4.262	9.588	-	68.209
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.011	15.011
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	751	-	(751)	-
Distribuição de dividendos				(9.588)		(9.588)
Constituição de Reserva de Lucros				10.568	(10.568)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(3.692)	(3.692)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>54.359</u>	<u>5.013</u>	<u>10.568</u>	<u>-</u>	<u>69.940</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>751</u>	<u>980</u>	<u>-</u>	<u>1.731</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020		54.359	5.013	10.568	-	69.940
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.919	19.919
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	996	-	(996)	-
Distribuição de dividendos				(10.568)	(2.042)	(12.610)
Constituição de Reserva de Lucros				13.943	(13.943)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(2.938)	(2.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>54.359</u>	<u>6.009</u>	<u>13.943</u>	<u>0</u>	<u>74.311</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>996</u>	<u>3.375</u>	<u>0</u>	<u>4.371</u>
Saldos em 1º de julho de 2020		54.359	5.331	-	6.038	65.728
Lucro líquido do semestre		-	-	-	13.563	13.563
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	678	-	(678)	-
Distribuição de dividendos					(2.042)	(2.042)
Constituição de Reserva de Lucros				13.943	(13.943)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(2.938)	(2.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>54.359</u>	<u>6.009</u>	<u>13.943</u>	<u>-</u>	<u>74.311</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>678</u>	<u>13.943</u>	<u>(6.038)</u>	<u>8.583</u>

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2.020		2.019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do período	44.132	91.067	97.946
Lucro líquido do período	13.563	19.919	15.011
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.839	2.843	(817)
Depreciações e amortizações	148	319	376
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito	26.887	67.113	82.774
Apropriação da despesa antecipada	173	343	389
Provisão para passivos contingentes	373	640	404
Provisão (reversão) - outras	149	(110)	(191)
Variações em ativos e passivos			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(39.672)	(56.466)	(91.311)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	(18)	(75)	540
(Aumento) redução em outros ativos	(1.144)	145	(395)
(Aumento) redução em garantias judiciais	67	(190)	(328)
Aumento (redução) em contas a pagar	(191)	(203)	161
Aumento (redução) em obrigações societárias	2.042	2.042	-
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	340	(668)	385
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	3.818	7.420	9.801
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	(11.213)	(18.387)	(16.569)
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	605	(2)	61
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	16	(167)	(299)
Aumento (redução) em contingências	(310)	(506)	(853)
Aumento (redução) em passivos diversos	(25)	(28)	10
CSLL e IRPJ pagos no período	(3.089)	(6.692)	(9.037)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	(4.642)	17.290	(9.888)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) ao ativo imobilizado	(43)	(50)	(107)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(43)	(50)	(107)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	# (2.042)	(2.896)	(9.588)
Pagamento de juros sobre a capital próprio	(2.938)	(2.938)	(3.692)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.980)	(5.834)	(13.280)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	(9.665)	11.406	(23.275)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	32.593	11.522	34.797
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	22.928	22.928	11.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista controlador. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Em meados de março, a Financeira passou a adotar as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social e medidas de higiene e os todos os funcionários foram orientados a permanecer em suas residências. Aqueles que tinham condições técnicas, passaram a trabalhar remotamente, mesmo que o sindicato dos trabalhadores permitisse que até 30% dos empregados comparecessem ao trabalho. Atualmente, menos de 10% dos funcionários estão trabalhando nas dependências da Financeira, com as devidas medidas de proteção, e mais de 90% continuam trabalhando remotamente. Vale destacar que a atividade da Financeira não é de atendimento ao público em suas dependências. As atividades são através de lojistas (correspondentes no país) e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de crédito e inadimplência e notou impacto negativo no resultado do primeiro semestre, porém houve recuperação no segundo semestre. Com a situação atual, a instituição não vê dificuldades em cumprir com os compromissos de curto e longo prazo e nem que essa situação venha a afetar a continuidade operacional da Financeira.

A Financeira vai continuar atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Financeira, estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/2020 do Bacen. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* -

IFRS. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial serem apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente, bem como, adoção das novas nomenclaturas.

O quadro abaixo apresenta as contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, para as quais houve reclassificações e/ou ajustes de nomenclaturas, advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/2020:

Balanço patrimonial	Reclassificação do balanço de 31/12/2019			
	Saldo anterior	Reclassificação	Saldo atual	
Provisão para perdas em operações de crédito	(61.417)	-	(61.417)	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Diversos	4.177	(4.177)	-	
Provisão para outros créditos	(19)	19	-	
Outros valores e bens	154	(154)	-	
-		1.577	1.577	Garantias judiciais
-		2.734	2.734	Outros ativos
Outras imobilizações em uso	2.552	4.111	6.663	Imobilizado em uso
Depreciações acumuladas	(2.276)	(3.380)	(5.656)	Depreciação acumulada
Outros ativos intangíveis	4.761	(4.110)	651	Licenças e direitos
Amortizações acumuladas	(3.956)	3.380	(576)	Amortização acumulada
Cobrança e arrecadação de tributos	153	(153)	-	
Fiscais e previdenciárias	2.574	153	2.727	Fiscais e previdenciárias
Diversas	7.106	(7.106)	-	
-		2.268	2.268	Valores financiados a repassar
-		1.995	1.995	Contas a pagar
-		44	44	Outros passivos
-		1.627	1.627	Provisões trabalhistas
-		1.172	1.172	Participação no resultado (empregados)

Reclassificação da Demonstração do Resultado do exercício de 2019			
Demonstração do Resultado	Saldo anterior	Reclassificação	Saldo atual

Receitas da intermediação financeira	174.336	(7.168)	181.504	Receitas da intermediação financeira
Operações de crédito	172.721	2.965	169.756	Operações de crédito
	-	(10.133)	10.133	Recuperação de créditos baixados para prejuízo
Despesas da intermediação financeira	(92.980)	(75.606)	(17.374)	Despesas da intermediação financeira
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(82.774)	(82.774)	0	Descontos concedidos nas operações de crédito
	-	7.168	(7.168)	
Resultado bruto da intermediação financeira	81.356	(82.774)	164.130	Resultado da intermediação financeira
	5.937	(19)	5.956	Outras receitas operacionais
Outras receitas operacionais	325	(19)	344	Outras receitas operacionais
	(65.156)	659	(65.815)	Principais despesas operacionais
Despesas com pessoal	(21.193)	252	(21.445)	Despesas com pessoal
Despesas administrativas	(34.648)	532	(35.180)	Despesas administrativas
Outras despesas operacionais	(1.113)	(125)	(988)	Outras despesas operacionais
	-	82.134	(82.134)	Despesas de provisões
	-	82.774	(82.774)	Provisão para perdas esperadas - risco de crédito
	-	(135)	135	Provisão para contingências trabalhistas
	-	(314)	314	Provisão para contingências cíveis
	-	(191)	191	Outras provisões

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 24 de março de 2021, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financeira foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	A vencer	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e inclui incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

l. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Financeira assume-se que o lucro líquido no exercício de 2020, no montante de R\$ 19.919 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	146	180
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.782	11.342
Total	22.928	11.522

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas pré-fixadas entre 96% e 99,8% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), todas com vencimento para o dia 04 de janeiro de 2021.

A financeira auferiu, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2020, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 336 e R\$ 671 respectivamente (R\$ 724 e R\$ 1.615 em 31 de dezembro de 2019).

5 Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	2.234	2.163
Contribuição Social	340	331
Outros	193	198
Total	2.767	2.692

Referem-se a saldos de IRPJ e CSLL originados pelos pagamentos mensais pela receita bruta os quais foram maiores que o devido apurado no final do exercício, quando é lançado o juro sobre o capital próprio: exercício de 2018, no montante de R\$ 1.082, e do exercício de 2019, no montante de R\$ 1.492. A compensação será efetuada assim que houver necessidade de caixa ou estiver findando o prazo de prescrição. O prazo médio de liquidez é de 102 dias.

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	2.574	193

6 Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber – Bancos	722	1.087
Contas a receber – Lojistas	707	694
Adiantamento de benefícios	285	295
Despesas antecipadas	185	153
Outros valores	550	524
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(111)	(19)
Total	2.338	2.734

O prazo médio de liquidez de outros ativos é de 33 dias.

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	2.319	19

7 Operações de crédito e Provisão para perdas esperadas em operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de crédito:		
Empréstimos	35.835	72.709
Financiamentos	178.871	169.026
Capital de giro	1.551	3.230
Total	216.257	244.965
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(43.356)	(61.417)
Total	172.901	183.548

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	166.143	6.758

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	31/12/2020		31/12/2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	214.706	99,28%	241.731	98,68%
Outros serviços	133	0,06%	82	0,03%
Comércio	1.418	0,66%	3.151	1,29%
Rural	-	-	1	-
Total	216.257	100,00%	244.965	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	31/12/2020		31/12/2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	41.878	19,36%	60.180	24,57%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	79.810	36,91%	86.834	35,45%
De 90 a 360 dias	87.687	40,55%	89.707	36,61%
Acima de 360 dias	6.882	3,18%	8.244	3,37%
Total	<u>216.257</u>	<u>100,00%</u>	<u>244.965</u>	<u>100,00%</u>

A taxa média praticada no exercício pela financeira foi de 13,52% (13,32% em 31 de dezembro de 2019) ao mês para empréstimo e de 6,15% (6,10% em 31 de dezembro de 2019) ao mês para financiamento. Durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2020, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 70.871 e R\$ 146.991 respectivamente (R\$ 85.425 e R\$ 169.756 em 31 de dezembro de 2019).

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de créditos

Descrição	2º Semestre 2020	Exercício 2020	2º semestre 2019	Exercício 2019
Saldo do início do período	(55.901)	(61.417)	(50.740)	(54.834)
Constituição (líquida de reversão)	(26.887)	(67.113)	(45.629)	(82.774)
Baixas para prejuízo	39.432	85.174	34.952	76.191
Saldo final do período	<u>(43.356)</u>	<u>(43.356)</u>	<u>(61.417)</u>	<u>(61.417)</u>

Foram recuperados, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2020, créditos no valor de R\$ 8.535 e R\$ 13.893 respectivamente (R\$ 5.492 e R\$ 10.133 em 31 de dezembro de 2019), registrados como receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira e foram concedidos descontos nos recebimentos de R\$ 2.542 e R\$ 4.548 respectivamente (R\$ 3.504 e R\$ 7.168 em 30 de dezembro de 2019) lançados no grupo de despesas da intermediação financeira.

Nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve renegociação de operações de crédito.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas em operações de crédito em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 31 de dezembro de 2020

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	16.544	-	128.797	145.341	727
B	Normal	1,00%	1.179	1.246	7.119	9.544	95
	Vencido	1,00%	278	-	1.087	1.365	14
C	Normal	3,00%	872	172	4.257	5.300	159
	Vencido	3,00%	340	-	1.141	1.480	44
D	Normal	10,00%	576	-	2.786	3.362	336
	Vencido	10,00%	420	-	1.349	1.770	177
E	Normal	30,00%	461	-	2.060	2.521	756
	Vencido	30,00%	563	-	1.545	2.108	632
F	Normal	50,00%	371	-	1.301	1.672	836
	Vencido	50,00%	674	-	1.457	2.131	1.065
G	Normal	70,00%	300	-	1.079	1.378	965
	Vencido	70,00%	762	-	1.690	2.452	1.716
H	Normal	100,00%	1.364	59	3.838	5.261	5.261
	Vencido	100,00%	11.132	74	19.366	30.572	30.572
Total			35.835	1.551	178.871	216.257	43.356

Posição em 31 de dezembro de 2019

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	33.053	-	107.337	140.390	702
B	Normal	1,00%	3.275	3.138	7.834	14.247	143
	Vencido	1,00%	631	-	1.208	1.839	18
C	Normal	3,00%	2.507	76	4.616	7.199	216
	Vencido	3,00%	974	-	1.310	2.284	69
D	Normal	10,00%	1.817	-	2.897	4.714	472
	Vencido	10,00%	1.249	-	1.577	2.826	283
E	Normal	30,00%	1.611	-	2.346	3.957	1.187
	Vencido	30,00%	1.730	-	2.031	3.761	1.128
F	Normal	50,00%	1.379	-	1.975	3.354	1.677
	Vencido	50,00%	2.163	-	2.459	4.622	2.311
G	Normal	70,00%	1.179	-	1.860	3.039	2.127
	Vencido	70,00%	2.479	-	3.018	5.497	3.848

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
H	Normal	100,00%	2.927	1	4.957	7.885	7.885
	Vencido	100,00%	<u>15.735</u>	<u>15</u>	<u>23.601</u>	<u>39.351</u>	<u>39.351</u>
Total			<u>72.709</u>	<u>3.230</u>	<u>169.026</u>	<u>244.965</u>	<u>61.417</u>

8 Créditos tributários

A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.919	6.823
Provisão para contingências trabalhistas	1.137	1.145
Provisão para contingências cíveis	560	498
Outros	<u>85</u>	<u>78</u>
Total	<u>5.701</u>	<u>8.544</u>

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	3.540	2.161

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2019	Constituição	Utilização /Reversão	Saldo Final 31/12/2020
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.264	14.575	(16.390)	2.449
Provisão para contingências	1.027	235	(201)	1.061
Outras provisões	49	77	(73)	53
Créditos tributários de IRPJ	<u>5.340</u>	<u>14.887</u>	<u>(16.664)</u>	<u>3.563</u>
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.559	8.745	(9.834)	1.470
Provisão para contingências	616	141	(121)	636
Outras provisões	29	46	(43)	32
Créditos tributários de CSLL	<u>3.204</u>	<u>8.932</u>	<u>(9.998)</u>	<u>2.138</u>
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	<u>8.544</u>	<u>23.819</u>	<u>(26.663)</u>	<u>5.701</u>

Expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme Resolução 3.059/2002, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2020, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Expectativa de Realização	
	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	6.428
2021	3.540	588
2022	606	608
2023	626	920
2024	929	-
Total	5.701	8.544

O valor presente do crédito tributário em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.463 (R\$ 7.893 em 31 de dezembro de 2019), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 2,4% (5,4% em 31 de dezembro de 2019) ao ano para os períodos correspondentes.

9 Imobilizado de uso

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Instalações	420	(402)	18	23
Móveis e equipamentos	6.217	(5.524)	693	965
Outros	51	(4)	47	19
Total	6.688	(5.930)	758	1.007

10 Intangível

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	651	(596)	55	75
Total	651	(596)	55	75

11 Valores financiados a repassar

Tratam-se de valores financiados e efetivados nos últimos dias do exercício e que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de janeiro.

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar com prazo médio ponderado de liquidez de 6 (seis) dias.

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços prestados a pagar	1.072	1.293
Outros	701	702
Total	<u>1.773</u>	<u>1.995</u>

13 Fiscais e previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	510	568
Contribuição social	809	346
Imposto de renda pessoa jurídica	951	-
INSS	298	289
FGTS	97	97
PIS	83	92
Imposto de renda retido na fonte	689	1.308
Outras	19	27
Total	<u>3.456</u>	<u>2.727</u>

O prazo médio de liquidez do grupo fiscais e previdenciárias é de 22 dias.

14 Provisões - outras

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para férias	1.266	1.452
Outras	194	175
Total	<u>1.460</u>	<u>1.627</u>

A realização se dará num prazo médio de 158 dias.

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido no exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 2.884,55 e limitado ao teto de R\$ 13.766,28. Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 576,91. Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurem prejuízo no final do exercício. O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 1.730,74 para cada empregado até o dia 20 de setembro e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do exercício seguinte.

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	1.399	495	1.245	475
Contingências trabalhistas	2.842	1.272	2.862	1.102
Total	4.241	1.767	4.107	1.577

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.245	2.862	4.107
Adições / atualizações monetárias	520	554	1.074
Reversão	(190)	(244)	(434)
Pagamento	(176)	(330)	(506)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.399	2.842	4.241
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.559	2.997	4.556
Adições / atualizações monetárias	1.132	1.358	2.490
Reversão	(845)	(1.241)	(2.086)
Pagamento	(601)	(252)	(853)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.245	2.862	4.107

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 47 processos cíveis (58 em 31 de dezembro de 2019) classificados

como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 601 (R\$ 707 em 31 de dezembro de 2019). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 3 processos trabalhistas (8 em 31 de dezembro de 2019) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 11 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2019). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Maringá, sobre enquadramento de serviços prestados no códigos 01.03, 10.09 e 15.05 cujas alíquotas são de 3%, 2% e 5%, respectivamente. Pelo auto de infração, há a reclassificação dos códigos 10.09 e 01.03 para os códigos 10.02 e 15.05, respectivamente. O montante do auto de infração foi anulado (R\$ 689 em 31 de dezembro de 2019). Em 13 de fevereiro de 2020, foi provido, por unanimidade, o Recurso Voluntário da Crediparaná, para declarar a nulidade do Auto de Infração lavrado contra a Financeira e, em 22 de maio de 2020, foi publicada a ata do julgamento ocorrido em 13 de fevereiro de 2020.

Da mesma maneira, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração é de R\$ 167 (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2019).

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados entre 108% e 200% do CDI e, também, taxas pré-fixadas entre 5,5% e 8% ao ano. Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem no primeiro dia do mês de janeiro, o prazo médio ponderado dos títulos seria de 281 dias. Do total das captações, 72,55% são com partes relacionadas.

a.1. Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

	31/12/2020			
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	25.820	15.159	78.167	119.146
Total				119.146

	31/12/2019			
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	25.718	27.850	74.251	127.819
Total				127.819

a.2. Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Recursos de aceites cambiais	1.756	4.608	4.698	10.035
Fundo Garantidor de Crédito	75	154	83	171
Total	1.831	4.762	4.781	10.206

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Descrição	Nota	2020			2019		
		Ativo (passivo)	Exercício	2º semestre	Ativo (passivo)	Exercício	2º semestre
			(despesa)	Receita (despesa)		Receita (despesa)	Receita (despesa)
Recursos de aceites cambiais:		(86.437)	(2.738)	(1.003)	(74.168)	(5.014)	(2.386)
Orlando Otto Kaesemodel Filho		(50.701)	(1.674)	(595)	(45.863)	(3.114)	(1.468)
Orlando Otto Kaesemodel Neto		(2.243)	(64)	(25)	(1.438)	(85)	(37)
Guilherme Slaviero Kaesemodel		(3.636)	(87)	(39)	(986)	(52)	(23)
Antônio João Beal		(737)	(23)	(9)	(614)	(37)	(19)
José Gilberto Beal		(185)	(6)	(2)	(149)	(12)	(5)
Sergio Shoji Yamamoto		(187)	(6)	(2)	(101)	(8)	(3)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel		(703)	(18)	(7)	(469)	(27)	(14)
Giuliana Gasparin L. Kaesemodel		(30)	(0)	(0)	-	-	-

Empreend. Florestais Cambijú Ltda	(4.507)	(129)	(52)	(3.722)	(250)	(127)
Kaesemodel Gastronomia EIRELI	(65)	(3)	(1)	(118)	(7)	(4)
Negresco Adm e Partic Ltda	(18.314)	(594)	(218)	(16.881)	(1.142)	(555)
Negresco Serv de Cobrança Ltda	(1.426)	(45)	(17)	(1.353)	(110)	(49)
Oelo Locação de Equip Eletr Ltda	(1.816)	(22)	(14)	(384)	(26)	(13)
Transesp Com de Imóveis Ltda	(1.888)	(65)	(22)	(2.090)	(144)	(69)
Remuneração da administração:		<u>(5.446)</u>	<u>(4.177)</u>		<u>(6.127)</u>	<u>(4.935)</u>
Despesas com remuneração		(2.508)	(1.239)		(2.435)	(1.243)
Juros sobre o capital próprio		(2.938)	(2.938)		(3.692)	(3.692)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2019), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	<u>54.359.021</u>	<u>54.359</u>	<u>100,00%</u>

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.360 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel.

Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Total	<u>54.359.021</u>	<u>-</u>	<u>54.359.021</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 996 (R\$ 751 no exercício de 2019).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 24 de janeiro de 2019, foi aprovada a distribuição dos dividendos não obrigatórios oriundos da reserva de lucros do ano de 2018 no montante de R\$ 9.588, os quais foram pagos no início do mês de fevereiro de 2019.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 30 de janeiro de 2020, foi aprovada a distribuição de lucro de 2019 no montante de R\$ 10.568. Em 03 de fevereiro de 2020, o montante de R\$ 9.714 foi transformado em letras de câmbio em nome dos acionistas e o montante R\$ 854 foi pago aos acionistas.

A destinação e o pagamento dos dividendos mencionada acima, foram efetuados antes da emissão da Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, que define a vedação ao aumento de remuneração da alta administração, distribuição de dividendos acima do obrigatório e juros sobre o capital próprio, recompra de ações e redução do capital social. Os montantes sujeitos a essas vedações não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, inclusive sob a forma de distribuição de lucros. As vedações se aplicam até 31 de dezembro de 2020. Considerando isso, a Financeira observa os termos da resolução para destinações.

Em 21 de dezembro de 2020, foram pagos os juros sobre o capital próprio correspondentes ao exercício de 2020, no montante de R\$ 2.938, cujo valor está dentro do limite permitido pela Resolução CMN nº 4.820/2020.

Em 14 de janeiro de 2021, foi pago o saldo dos dividendos obrigatórios de 2020 no montante de R\$ 2.042 e foi observado o limite estabelecido pela Resolução CMN nº 4.820/2020.

O montante de R\$ 13.943, que ficaria a disposição da assembleia dos acionistas, está retido e aguardando uma definição do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil, e foi destinado para a reserva de lucros.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2020, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito nos montantes de R\$ 1.883 e R\$ 3.853 respectivamente (R\$ 2.633 e R\$ 5.612 nos mesmos períodos de 2019).

21 Despesas de Pessoal

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Proventos	5.152	10.124	5.110	10.199

Benefícios	2.026	4.046	2.208	4.235
Encargos sociais	1.960	3.731	2.019	3.893
Pró-labore	700	1.400	700	1.400
Participação nos lucros e resultados	605	1.195	607	1.217
Indenizações	176	372	194	364
Provisão para férias e 13º salário	236	(186)	49	(39)
Treinamentos	15	102	147	176
Total	10.870	20.784	11.034	21.445

22 Despesas administrativas

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Serviços de terceiros	5.984	11.975	7.400	17.664
Técnicos especializados	5.359	9.757	4.565	8.413
Serviços dos sistemas financeiros	1.242	2.452	1.216	2.379
Serasa/Associação Comercial	1.072	2.015	1.148	2.285
Processamento de dados	377	752	404	820
Locação de imóveis	367	731	353	705
Comunicação	338	650	335	830
Manutenção e conservação	133	270	148	298
Propaganda e publicidade	32	215	48	66
Consumo de energia elétrica e água	86	188	107	220
Despesas com viagens	100	177	230	445
Outros	408	683	664	1.055
Total	15.498	29.865	16.618	35.180

23 Despesas tributárias

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
COFINS	2.857	5.883	3.366	6.684
PIS	464	956	547	1.086
ISS	95	194	133	282
Outras	24	60	85	150
Total	3.440	7.093	4.131	8.202

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Impostos correntes:				
Imposto de renda	2.316	4.954	978	4.830
Contribuição social	1.562	3.152	794	3.113
Total	3.878	8.106	1.772	7.943
Impostos diferidos:				
Imposto de renda	1.774	1.777	82	(511)
Contribuição social	1.065	1.066	50	(306)
Total	2.839	2.843	132	(817)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.717	10.949	1.904	7.126

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Resultado antes do IRPJ e CSLL	20.280	30.868	9.057	22.137
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(8.112)	(12.347)	(3.623)	(8.855)
(Adições) exclusões permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	1.175	1.175	1.477	1.477
Outras adições permanentes	(69)	(77)	(105)	(117)
Outras exclusões permanentes	-	-	-	10
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(7.006)	(11.249)	(2.251)	(7.485)
Incentivos fiscais (doações/patrocínios/PAT)	276	276	335	335
Outros	13	24	12	24
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(6.717)	(10.949)	(1.904)	(7.126)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:

- Processos e operações;
- Segurança da informação;

- Pessoas;
- Tecnologia;
- Fraudes;
- Legal; e
- Reputacional.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.

Risco de liquidez

É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.

Risco de socioambiental

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

27 Patrimônio de referência exigido

As instituições financeiras, optantes pela metodologia facultativa simplificada (S5), devem manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 17%, até 30 de abril de 2020, de 15%, de 1º de maio de 2020 à 30 de abril de 2021, de 15,5%, de 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021, e de 16,25%, de 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

		31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR _{SS})	a	72.474	68.144
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	55.345	46.126
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	152.009	157.649
RWA _{Simp} (b + c)	d	<u><u>207.354</u></u>	<u><u>203.775</u></u>

PR _{S5} mínimo exigido (d x 15% e 17% respectivamente)	31.103	34.642
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)	41.371	33.502
Índice de Basileia BACEN (a / d)	34,95%	33,44%
Razão mínima (Basileia / Bacen)	15%	17%

28 Eventos subsequentes

Em 22 de março de 2021, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, referente parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 5 (cinco) anos. A transação foi efetuada com a cessionária Barra Recovery Securitizadora de créditos S/A. Em 24 de março, a cessão foi efetivada e foram baixados 197.074 mil contratos com totais de R\$ 212 milhões em valor nominal e R\$ 1.2 milhões em valor de cessão e este valor foi quitado no mesmo dia pela cessionária, impactando diretamente o resultado da Financeira.

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

Jose Gilberto Beal - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Compliance

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7